



### Convênio

#### TERMO DE CONVÊNIO

Termo de convênio para a cessão de servidor público municipal, lavrado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA e a CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA, em caráter GRATUITO.

Por este instrumento, em que figura de um lado como CESSIONÁRIO o Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, representado pelo MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Riacho de Santana, DR. PAULO RODRIGO PANTUSA, portador do RG nº 7463460 SSP/MG, e do CPF nº 024.602.686-37 e de outro, como CEDENTE, a CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA, neste ato representado pelo seu Presidente, o SR. GILMAR RIBEIRO DA CRUZ, portador do RG nº 705.807.31-2 e do CPF nº 711.026.395-91, com autorização contida na Lei Municipal nº 95 de 11 de agosto de 2008, firmam o presente instrumento de convênio, visando a cessão de servidores municipais para prestarem serviços junto ao Órgão CESSIONÁRIO, o que fazem sob as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- - Convênio para a cessão de servidores municipais para prestarem serviços junto ao CESSIONÁRIO, sem ônus, que serão designados exclusivamente para as unidades Judiciárias instaladas na Comarca a que pertencer o município.
- - A cessão de servidores a que trata o item anterior poderá recair naqueles que ingressaram na Câmara Municipal mediante contrato, concurso público ou processo seletivo, não importando se do regime temporário, estatutário ou celetista.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES, DO INÍCIO DO EXERCÍCIO, DA CARGA HORÁRIA E DA AUSÊNCIA

- - A designação dos servidores será precedida das seguintes cautelas:



- - O CEDENTE expedirá ofício ao CESSIONÁRIO encaminhando a relação dos servidores cedidos, nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 95 de 11 de agosto de 2008, consignando, ainda, que os servidores ingressaram na Câmara Municipal através de contrato, concurso público ou processo seletivo.

2.1.2 - O início do exercício junto à Unidade Judicial somente ocorrerá a partir da

data deste termo de convênio.

- - A carga horária dos servidores deverá ser compatível com a dos funcionários do CESSIONÁRIO, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Municipalidade.
- - A frequência do servidor cedido será controlada pela Unidade Judicial na qual estiver lotado e será mensalmente remetida à Câmara Municipal, arquivando-se na Serventia Judicial cópia dela para simples controle e comunicação de eventuais irregularidades cometidas.

- - As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência.
- - As faltas de caráter disciplinar, após formalmente constatada pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum, serão imediatamente comunicadas à CEDENTE para as providências cabíveis.
- - É facultada a substituição ou a devolução do servidor, mediante prévia comunicação.
- - Aplicam-se, para os casos de substituição, as cautelas constantes dos subitens 2.1.1 e 2.1.2.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

- - Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior ao previsto junto à Câmara Municipal.
  - - Estar ciente de que o servidor cedido não poderá executar serviços ou praticar atos que demandem fé pública.
- 3.3 - Cumprir rigorosamente o disposto no subitem 2.3.



- - Estar ciente de que a CEDENTE, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor, segundo seu alvedrio.
- - O CESSIONÁRIO não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido como Serventia do Poder Judiciário do Estado do Estado da Bahia, instalada na Comarca do município cedente.
- - Promover os esclarecimentos que porventura vierem a ser solicitados pela CEDENTE.
- - Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio.
- - Comunicar, com antecedência de 30 (trinta) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- - Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade os pagamentos de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários ou vencimentos dos servidores cedidos.
- - Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.
- - Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos do CESSIONÁRIO, sem exceção.
- - Quando da emissão da relação dos servidores a serem cedidos, informar que eles não possuem cônjuges, companheiro (a), parentes em linha reta e colateral até 3º grau prestando serviços na Serventia Judicial na Comarca do município na qualidade de funcionários do Poder Judiciário.
- - Acolher ou justificar, em 30 (trinta) dias, a comunicação do CESSIONÁRIO para os fins do subitem 3.8 da cláusula anterior.

### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. - O prazo de vigência do presente termo de convênio é até 31 de dezembro de 2023, iniciando-se a partir de sua formalização, podendo ser renovado por



acordo entre as partes.

### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- - Este termo de convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes nele envolvidas, mediante comunicação escrita do interessado com antecedência mínima de trinta (30) dias.
- - Considerar-se-á antecipadamente rescindido este termo no caso de descumprimento injustificado de quaisquer de suas cláusulas, oportunidade na qual os servidores deverão de ser devolvidos, após prévio ajuste, à CEDENTE.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

- - O servidor cedido pela Câmara Municipal deverá, obrigatoriamente, assinar o Termo de Responsabilidade e Sigilo, em face do estabelecido pelas normas de Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça.
- - A não concordância com o Termo de Responsabilidade e Sigilo e sua não

assinatura constituem motivo impeditivo de que o servidor cedido preste serviços nas unidades judiciárias.

### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. - Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca da cidade de Riacho de Santana, com renúncia expressa de qualquer outro Juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este instrumento de convênio para a cessão de servidores municipais, em três (02) vias, por todos assinado, visto que foram atendidas as formalidades legais.

Riacho de Santana – BA, em 12 de Janeiro de 2023.



PAULO RODRIGO PANTUSA  
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RIACHO DE SANTANA

CÂMARA MUN. DE RIACHO DE SANTANA - BA  
GILMAR RIBEIRO DA CRUZ  
SR. GILMAR RIBEIRO DA CRUZ Presidente da Câmara  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

Testemunhas:

NOME Luiza Oliveira Rocha CPF: 078.572.245-88  
NOME Heniz da Silva Pereira CPF: 067.530.245-57